

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE COLETIVO E MOBILIDADE URBANA EM CAMPO GRANDE (MS): ANÁLISE DOS PROGRAMAS “PRÓ-TRANSPORTES” E PAC2 “MOBILIDADE GRANDES CIDADES”

Felipe de Andrade Basílio¹; Aduino de Oliveira Souza².

1. Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da UFGD; basilio.felipe@yahoo.com.br

2. Professor Orientador, lotada na Faculdade de Ciências Humanas - FCH/UFGD

Palavras Chave: Transporte coletivo urbano; Mobilidade urbana; Acessibilidade urbana.

Introdução

Este trabalho teve como objetivo geral analisar os Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (**Pró-Transportes**) e o **PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades**, ambos, em execução através do Governo Federal, na cidade de Campo Grande (MS).

Tais programas buscam propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos e conferir maior alcance social aos seus investimentos.

Do ponto de vista metodológico, discutimos a articulação entre o fenômeno específico e sua articulação com a totalidade espacial, buscando compreender, a política em seu contexto territorial e temporal. Nesse sentido é que nossa base metodológica consistiu em estabelecer uma relação entre a teoria e a prática: planejado e executado.

Resultados e Discussão

Para se habilitar a participar deste Programa o município deve atender os seguintes critérios: ser participante do grupo 1 (um) do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC 1); ter participações em reuniões do Programa e ter apresentado um pré-projeto para se habilitar no PAC 2 e possuir um contingente populacional entre 700 a 1 milhão de habitantes.

A cidade de Campo Grande, atendeu todos os requisitos tendo sido incluída no Pró-Transportes e também no PAC 2, no subgrupo “PAC Mobilidade Urbana.” Das cidades de Mato Grosso do Sul, apenas duas têm plano municipal de transporte. Uma é Campo Grande e a outra é Bodoquena que foca no planejamento no transporte escolar. Conforme a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros 2012, divulgada pelo IBGE, as outras 76 cidades não dispõem do planejamento específico.

No interior desse processo de definição de políticas de mobilidade urbana, a cidade de Campo Grande, hoje segundo o IBGE (2010) com uma população de aproximadamente um milhão de habitantes, exerce a condição de pólo de desenvolvimento regional desde o início dos anos de 1960 (Souza, 2003).

Conclusões

O transporte urbano é um serviço público que afeta direta ou indiretamente as atividades da sociedade. A sua influência pode ser notada tanto no deslocamento das pessoas para o trabalho, o estudo, o lazer, como na circulação de bens e mercadorias. De bem imprescindível, o transporte público foi se transformando em um serviço oneroso e deficiente para as pessoas que dele dependem cotidianamente. A capital sul-mato-grossense caminha para se transformar em um espaço para a circulação prioritária do transporte individual, para os grandes

congestionamentos ficando à mercê de prejuízos sociais e econômicos.

Entendemos que os investimentos em infraestruturas são de extrema importância e respondem em parte ao contexto aqui exposto. Assim reconhecemos que os investimentos no sistema de transporte se fazem necessários para melhorar as condições gerais de mobilidade, conforto e segurança reduzindo, sobretudo, o tempo gasto no transporte, o que implica redução de custos, maior atratividade do sistema, mudando o ciclo vicioso que vem, historicamente, degradando o sistema de transporte coletivo e, enfim, instalando elementos que propiciem a alteração para um ciclo virtuoso.

É necessário mudar as lógicas impostas para a regulação, prestação e consumo desse serviço essencial, recaindo na idéia de um efetivo pacto pela mobilidade. Que se traduz nas soluções elaboradas por políticas *públicas*, advindas do governo federal, de reivindicações populares já com amplo grau de aceitação e legitimidade e de conhecimento técnico.

Agradecimentos

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

BOULEGART, C. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais*. Presidente Prudente: Unesp, tese, 2000.

BRASIL. Governo Federal. *Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010*. Brasília: Presidência da República, 22 de janeiro de 2007.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. *Mato Grosso do Sul. PAC – Programa de Aceleração do Crescimento*. Brasília: julho de 2008.

CARLOS, A.F.A. *A (re)produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CORREA, R. L. “Interações espaciais” In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. & CORREA, R.L. (Orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DANTAS, D. S. *Ações e desdobramentos do PAC na cidade de Dourados*. Dourados: UFGD, dissertação de mestrado, 2011.

DI GIOVANNI, G. *As estruturas elementares das políticas públicas*. Campinas: NEPP/Unicamp, 2009. Cadernos de pesquisa nº 82

SANTOS, M & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, A. O. *A estratégia da implantação de pólos industriais como instrumento de desenvolvimento e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, tese, 2003.

SOUZA, A. O. *Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

VASCONCELLOS, E. A.; CARVALHO, C.H.R. & PEREIRA, R.H.M. “Transporte e mobilidade urbana” In: IPEA. *Texto para discussão Cepal/IPEA, nº 34*. CEPAL/IPEA, 2011.